

A politização da segurança pública e suas consequências

No Twitter, 48,4% criticaram a paralisação de policiais militares no Ceará, mas histórico do Congresso no tema indica que policiais amotinados podem receber anistia. Apenas 7% das menções apoiaram a atuação do ministro Sergio Moro durante a crise

REPRODUÇÃO TWITTER



Pela primeira vez desde que Jair Bolsonaro e Sergio Moro assumiram o poder, eles perdem a narrativa nas redes sociais e encontraram limites ao discurso de incentivo do uso da violência

Desde que o *Fonte Segura* foi lançado, em agosto de 2019, não foram poucas as ocasiões em que alertamos para os problemas da segurança pública brasileira e sobre a ausência de mecanismos mais eficientes de coordenação e governança de um sistema sobrecarregado e, ao mesmo tempo, pouco articulado em suas relações inter e intrainstitucionais.

Em edições anteriores, trouxemos números, análises e alertamos para a emergência de um movimento de politização e autonomização perversa das polícias, que contrapõe policiais com justas demandas por melhores condições de salário e trabalho com um sistema que gera custos insustentáveis e não resolve as questões estruturais que poderiam modernizá-lo frente ao ordenamento jurídico democrático do país.

Uma das questões estruturais que mais afetam o sistema de segurança pública brasileiro é a difícil relação federativa e entre órgãos de Estado (Polícias, MP, etc) que marca a área. A Constituição, em seu artigo 144, diz quais instituições desempenham atividades de polícia e segurança pública mas, desde a sua promulgação, o parágrafo 7º deste artigo demanda regulamentação para se definir quais mandatos e competências de cada polícia, o que até hoje não foi feito.

Nesse vácuo legal, a segurança pública do país vai vivendo de soluções e, a cada sobressalto, a política invade o debate e os problemas reais ficam em segundo plano. A crise do Ceará parece ter significado uma inflexão bastante significativa na forma como as demandas dos policiais são tratadas.

A disposição do governo do Ceará em não ceder e não anistiar os policiais, com apoio de outros governadores, contrariou a lógica até aqui vigente. Para se ter ideia, nas últimas três décadas, o Congresso Nacional pautou o tema da anistia a policiais grevistas com considerável frequência.

Entre 1997 e 2019, foram 39 projetos apresentados, sendo 31 na Câmara e oito no Senado. Até o momento, nenhum projeto sobre o assunto foi apresentado em 2020 nas casas legislativas federais. Neste mesmo período, quatro leis federais que anistiavam policiais e militares foram aprovadas, todas na última década (propostas por parlamentares de esquerda, centro e de direita). A lei 12.191/10, oriunda do Senado, concedeu anistia para policiais envolvidos em greves entre 1997 e 2010. Já as leis 12.505/11, 12.848/13 e, por fim, a lei 13.293/16, alteraram a lei aprovada em 2010, estendendo a anistia às greves ocorridas em seu ano de aprovação. Portanto, todas as greves de policiais ocorridas entre 1997 e 2016 foram anistiadas pelo Congresso Nacional.

O sentimento até então predominante era que paralisações não geravam maiores consequências jurídicas e legais, na medida em que elas contavam com respaldo de parcelas da opinião pública e com retaguarda parlamentar para se evitar punições. Isso fortaleceu os movimentos paredistas e, mais do que nunca, a leitura era de que os governadores seriam forçados a ceder.

E, digno de destaque, o presidente Jair Bolsonaro, em sua vida parlamentar de quase três décadas, foi uma das maiores lideranças dessa estratégia. Só que, na Presidência da República, ele teve que administrar a crise de um modo diferente. Não obstante a leniência e as declarações dúbias do presidente e dos seus auxiliares, o governo federal não pôde se ausentar da cena cearense.

O governo federal não conseguiu se eximir de responsabilidades e culpar exclusivamente o governo estadual pela crise. E também perderam os policiais que optaram por radicalizar posições, talvez contando com apoio e/ou suporte de legitimidade que o Jair Bolsonaro e Sergio Moro tentaram aportar às suas causas.

Na mídia profissional, a cobertura foi intensa e predominou a versão, correta, de que a paralisação colocou vidas em risco e rompeu uma negociação que já estava sendo feita com pontos bastante positivos aos policiais. Mas foi nas redes sociais que nasce uma surpresa.

Uma análise de sentimento aplicada a uma amostra aleatória de 368 menções à paralisação de policiais militares nos últimos quinze dias no Twitter indica que 48,4% das reações foram negativas, isto é, críticas à paralisação. Apenas 4,6% das menções foram positivas.

Ao analisar mais de perto as críticas, encontramos a reprovação do comportamento dos policiais, como o fato de agirem encapuzados e terem sido flagrados ordenando o fechamento do comércio na cidade de Sobral, foi o principal motivo de crítica. Em segundo lugar, temos as críticas à atuação do governo federal na crise: seja por meio de acusações de incitação à paralisação ou ainda pela ausência de declarações das principais autoridades federais condenando o movimento.

Já com relação ao papel desempenhado pelo ministro Sergio Moro na crise cearense, a mesma análise de sentimento aplicada a uma amostra aleatória de 214 menções a Moro no contexto da paralisação de policiais indica que apenas 7% apoiam a atuação do Ministro, enquanto 48% são críticas ao ministro.

Dentre as principais críticas, destaca-se reprovação da declaração do ministro de que não haveria desordem nas ruas por conta da paralisação dos policiais e a ausência de declarações de Moro que condenassem o ato. Há ainda as acusações de que aliados do presidente Jair Bolsonaro e de Moro seriam responsáveis por incitar o movimento, ligando-os a um certo comportamento “miliciano” dos policiais amotinados.

A crise do Ceará não mudou a bombástica equação estrutural que a gestou. Porém, pela primeira vez desde que Jair Bolsonaro e Sergio Moro assumiram o Poder, eles perdem a narrativa nas redes sociais e encontraram limites ao discurso de incentivo do uso da violência.

Agora, diante desta nova realidade, a questão que fica é sobre qual lado o Congresso ficará, ou seja, se manterá a sua tradição de anistiar os policiais e/ou se, enfim, vai usar o episódio para regulamentar o parágrafo 7º do Artigo 144 da Constituição e oferecer condições efetivas de trabalho para os profissionais da área.

Uma coisa é certa, se Polícia e Política são duas dimensões centrais de uma democracia e precisam ser valorizadas, quando ordem pública e projetos de poder se misturam, a chance de rupturas e crises cresce exponencialmente.

“ *Os mestres da lei e os fariseus se assentam na cadeira de Moisés. Obedeçam-lhes e façam tudo o que eles lhes dizem. Mas não façam o que eles fazem, pois não praticam o que pregam. Mateus 23:2,3*”

<https://backup.forumseguranca.org.br/editorial/template-1-editorial-utgfh-8pvmm-inbv9-8tbin-e7ipd>

